



GT 1. ECONOMIA SOCIAL, ECONOMIA DO TRABALHO E DEMOGRAFIA

**VALORIZAÇÃO CULTURAL E DESAFIOS NO MERCADO DE TRABALHO: ANÁLISE
DAS INICIATIVAS DA ALDEIAS PONTO DE CULTURA, NA REGIÃO
METROPOLITANA DO CARIRI**

**CULTURAL VALORIZATION AND CHALLENGES IN THE LABOR MARKET:
ANALYSIS OF THE ALDEIAS PONTO DE CULTURA INITIATIVES IN THE
METROPOLITAN REGION OF CARIRI**

AMANDA KELLE DE SOUSA

Mestranda no Programa de Pós-Graduação
em Economia Regional e Urbana
(PPGERU) na Universidade Regional do
Cariri (URCA). Bolsista FUNCAP. E-mail:
amanda.kelle@urca.br

**CHRISTIANE LUCI BEZERRA
ALVES**

Professora do Departamento de Economia e
do Programa de Pós-Graduação em
Economia Regional e Urbana (PPGERU)
na Universidade Regional do Cariri
(URCA). E-mail: christiane.alves@urca.br

SILVANA NUNES DE QUEIROZ

Professora do Departamento de Economia e
do Programa de Pós-Graduação em
Economia Regional e Urbana (PPGERU)
na Universidade Regional do Cariri
(URCA). E-mail: silvana.queiroz@urca.br

**ARTHUR HÁLAMO BEZERRA
OLIVEIRA LEITE**

Bacharel em Ciências Econômicas pela
Universidade Regional do Cariri (URCA).
E-mail: arthurhalamo@gmail.com



VALORIZAÇÃO CULTURAL E DESAFIOS NO MERCADO DE TRABALHO: ANÁLISE DAS INICIATIVAS DA ALDEIAS PONTO DE CULTURA, NA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI

CULTURAL VALORIZATION AND CHALLENGES IN THE LABOR MARKET: ANALYSIS OF THE ALDEIAS PONTO DE CULTURA INITIATIVES IN THE METROPOLITAN REGION OF CARIRI

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar como as iniciativas da ALDEIAS Ponto de Cultura contribuem para a valorização da cultura popular e da economia criativa na Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri), identificando os desafios enfrentados por artistas e profissionais da cultura em relação à remuneração, inserção no mercado de trabalho e acesso às políticas públicas. A metodologia envolve uma entrevista com uma das fundadoras da ALDEIAS, além de levantamentos bibliográficos. Os resultados destacam a importância do mercado cultural como motor de desenvolvimento econômico e social, especialmente em regiões ricas em tradições artísticas e culturais. Embora a RM Cariri seja diversa e atraente, persistem desafios como a inadequação dos valores pagos aos artistas locais em comparação com os profissionais de fora. A análise revela a busca por alternativas ao financiamento tradicional e a necessidade de políticas públicas mais inclusivas. Conclui-se que é crucial que as políticas culturais reconheçam e apoiem o valor dos trabalhadores culturais, assegurando condições dignas de trabalho e ampliando o acesso ao financiamento para pequenos produtores.

Palavras-chave: Cultura; Emprego; Renda; ALDEIAS Ponto de Cultura; Região Metropolitana do Cariri.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the initiatives of ALDEIAS Ponto de Cultura contribute to the promotion of popular culture and the creative economy in the Metropolitan Region of Cariri (RM Cariri), identifying the challenges faced by artists and cultural professionals regarding remuneration, market access, and public policies. The methodology includes an interview with one of the founders of ALDEIAS, as well as bibliographic surveys. The results highlight the importance of the cultural market as a driver of economic and social development, especially in regions rich in artistic and cultural traditions. Although RM Cariri is diverse and attractive, challenges persist, such as the disparity in compensation for local artists compared to outside professionals. The analysis reveals the search for alternatives to traditional funding and the need for more inclusive public policies. It concludes that cultural policies must recognize and support the value of cultural workers, ensuring fair working conditions and expanding access to funding for small producers.

Keywords: Culture; Employment; Income; ALDEIAS Ponto de Cultura; Metropolitan Region of Cariri.



1. INTRODUÇÃO

Na obra clássica *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978), Celso Furtado analisa a relação entre criatividade, cultura e desenvolvimento. Para ele, o desenvolvimento transcende a mera acumulação de capital ou o crescimento econômico, pois envolve a capacidade de uma sociedade gerar inovações e expressões culturais que reflitam sua identidade e aspirações. Furtado argumenta que o verdadeiro desenvolvimento requer a valorização da criatividade e das culturas locais, evitando a simples reprodução de modelos externos. Essa visão destaca a importância de políticas culturais que estimulem a autonomia criativa e integrem a cultura ao processo de desenvolvimento econômico, permitindo que sociedades periféricas rompam com padrões de dependência e tracem suas próprias trajetórias de progresso (Furtado, 1978).

Essa perspectiva econômica apresentada por Furtado oferece uma base sólida para compreender as dinâmicas do mercado de trabalho em diferentes contextos, especialmente no que diz respeito às interações entre mercado e cultura. Nesse sentido, mercado de trabalho e cultura se entrelaçam de formas complexas e profundas, onde a cultura de uma sociedade não apenas molda, mas também é moldada pelo funcionamento do mercado. Isso impacta desde as formas como as pessoas se inserem no mercado de trabalho até as normas sociais que orientam as relações laborais, influenciando expectativas sobre carreira e sucesso profissional (Barbosa; Frederico et al., 2017)

Dessa forma, ao examinarmos a interseção entre a perspectiva econômica de Furtado e as dinâmicas culturais, torna-se evidente que a relação entre mercado de trabalho e cultura não apenas revela sua complexidade, mas também se apresenta como um elemento central para o desenvolvimento social (Lacerda, 2009). Ao transformar manifestações culturais em produtos e serviços, a economia criativa capacita comunidades e fortalece a identidade local, contribuindo para o crescimento econômico. Além disso, os bens culturais, como música e arte, adquirem valor por meio de transações econômicas, mesmo que esse valor não seja totalmente refletido no Produto Interno Bruto (Valiati, 2016).

Essa realidade pode ser claramente observada nas ações da Associação Libertária de Desenvolvimento e Educação Interativa Ambientalmente Sustentável (ALDEIAS), que exemplifica como a cultura popular e a economia criativa se entrelaçam na RM Cariri, uma região rica em expressões culturais que também funciona como motor de desenvolvimento econômico e social.

A ALDEIAS foi criada em 2014 com o objetivo de sistematizar as ações de educação musical, saúde e educação ambiental que já vinham sendo desenvolvidas no Cariri, Ceará, por seus fundadores. Reunindo artistas, mestres tradicionais, pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla, e pessoas em sofrimento mental (usuários da Rede de Atenção Psicossocial RAPS e CAPS), além de outros



grupos diversos. A ALDEIAS atua em saúde, educação, arte, cultura popular e meio ambiente, promovendo atividades formativas e terapêuticas. Reconhecida como Ponto de Cultura pelo Estado do Ceará em 2020, a iniciativa visa fomentar a cooperação, a diversidade e a participação social, atendendo pessoas de diferentes faixas etárias e contextos sociais (Secult-CE, 2024).

Sendo assim, o objetivo desse estudo é analisar como as iniciativas da ALDEIAS Ponto de Cultura contribuem para a valorização da cultura popular e da economia criativa na RM Cariri, identificando os desafios enfrentados pelos artistas e profissionais da cultura em termos de remuneração, inserção no mercado de trabalho e acesso a políticas públicas, a fim de evidenciar a importância desses fatores para o desenvolvimento social e econômico da região.

Nesse sentido, esse estudo pretende responder as seguintes questões: “Sob a perspectiva de uma das fundadoras da ALDEIAS, quais são os principais desafios enfrentados pelos artistas e profissionais da cultura na Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri) em relação à remuneração justa e à inserção no mercado de trabalho?” Para isso, utilizam-se informações provenientes de uma entrevista com uma das fundadoras da ALDEIAS, visando a coleta de dados e a exploração de experiências pessoais, além do levantamento bibliográfico.

Este estudo se justifica pela necessidade de investigar como essas iniciativas podem atuar como modelo para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, à diversificação econômica e à inclusão social. Ao oferecer uma análise sobre o reflexo da economia criativa em regiões com rica herança cultural e diversidade social, a pesquisa busca evidenciar o potencial dessas ações para impulsionar o crescimento econômico, fortalecer identidades locais e ampliar oportunidades de inclusão, especialmente em comunidades vulneráveis, servindo como referência para a implementação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, através da geração de emprego e renda.

Esta pesquisa se encontra organizada em cinco seções, incluindo esta introdução. A posteriori, apresenta-se o referencial teórico, o qual aborda um breve aparato acerca do histórico de políticas culturais no Brasil. Na terceira parte, encontra-se a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados para alcançar o objetivo proposto. A seção quatro discute os resultados encontrados. E, por fim, são apresentadas as principais considerações do estudo.

2. HISTÓRICO DOS PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO CAMPO DA CULTURA BRASILEIRA

Em 1936, o escritor Mário de Andrade Almeida elaborou o anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que atualmente corresponde ao



Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nesse contexto, houve a regulamentação da produção cinematográfica, através do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e uma significativa expansão do mercado editorial, com a fundação do Instituto Nacional do Livro (INL). O governo também planejou a criação de um órgão estatístico voltado para a educação e cultura, transformando o Serviço Nacional de Estatística no Instituto Nacional de Estatística, em 1934. A gestão da área cultural ficou sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde, liderado pelo Ministro Gustavo Capanema, de 1934 a 1945. A radiodifusão também foi um foco importante, com a primeira estação de rádio surgindo em 1923, embora a regulamentação da atividade só ocorresse em 1932, por meio do Decreto-lei nº 21.111, que abordava aspectos como publicidade, formação técnica e potência dos equipamentos (Calabre, 2005).

O período após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, trouxe um novo dinamismo à produção de aparelhos de rádio e transmissão, resultando em um aumento expressivo no número de emissoras de rádio na década de 1940. Já na década de 1950, a televisão foi introduzida no Brasil, marcando a consolidação dos meios de comunicação de massa. Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde foi dividido, criando o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Nesse contexto, diversos grupos artísticos começaram a emergir, explorando novas linguagens, destacando-se movimentos como o Cinema Novo, a Bossa Nova e o Violão de Rua. Artistas inovadores, como Lúcia Clark e Hélio Oiticica, também ganharam notoriedade, contribuindo para um ambiente cultural vibrante e em transformação no Brasil (Calabre, 2009).

O golpe militar de 1964 não apenas alterou a estrutura política do Brasil, mas também desencadeou um período de repressão e censura que afetou profundamente o cenário cultural do país. A suspensão da maioria dos projetos culturais em andamento refletiu a tensão entre a necessidade de expressão artística e a opressão do regime militar, que buscava silenciar vozes dissidentes. Durante o governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), surgiram discussões sobre a implementação de uma política cultural nacional, embora sem a concretização de ações efetivas. O governo utilizou a censura como uma ferramenta para eliminar qualquer obra que pudesse ser considerada subversiva ou que fosse criada por indivíduos contrários ao regime, limitando o acesso da população a uma diversidade cultural. Nesse contexto, o Estado Nacional assumiu o papel de produtor cultural, exercendo um controle rigoroso sobre a produção e o consumo cultural, com o objetivo de preservar uma suposta “unidade nacional” na memória cultural. Essa intervenção do Estado não só restringiu a liberdade de expressão, mas também moldou a cultura de acordo com os interesses do regime, criando um ambiente onde a criatividade e a inovação eram frequentemente suprimidas (Rubim; Rocha, 2020).



Durante o Estado Novo e o Governo Militar, investimentos em Cultura eram representados pela iniciativa privada, característica típica dos regimes ditatoriais. Guimarães (2020) aponta que, com a saída de um governo autoritário, a responsabilidade pela cultura começou a ser assumida por atores do setor privado, que passaram a influenciar e contribuir para o desenvolvimento cultural do país. Isso pode ter implicações importantes sobre como a cultura é gerida, quem decide o que é relevante culturalmente e como os recursos são alocados nesse setor.

O Conselho Federal de Cultura, estabelecido em 1966, foi uma iniciativa significativa no cenário cultural brasileiro, embora os seus planos, apresentados nos anos de 1968, 1969 e 1973, não tenham sido efetivamente implementados. Essa ineficácia na execução das propostas reflete as dificuldades e limitações enfrentadas pelo setor cultural durante um período marcado pela repressão e censura, características do regime militar. Em paralelo, em 1973, foi criado o Instituto Nacional de Cinema (INC), que resultou da incorporação do Instituto Nacional de Cinema Educativo. O INC tinha como objetivo principal a formulação e a execução de políticas governamentais voltadas para a indústria cinematográfica e cultural, representando um esforço para organizar e promover a produção audiovisual no Brasil. A criação deste instituto evidenciou a crescente importância atribuída à cultura e ao cinema como instrumentos de identidade nacional e de desenvolvimento social, mesmo em um contexto em que a liberdade de expressão e a criatividade eram frequentemente cerceadas. Assim, enquanto o Conselho Federal de Cultura lutava para se firmar e estabelecer diretrizes, o INC buscava operacionalizar ações que pudessem, ao menos em parte, impulsionar a indústria cinematográfica nacional, refletindo a necessidade de um aparato institucional que apoiasse e promovesse a cultura brasileira em meio aos desafios políticos da época (Miranda; Braz; Ribeiro, 2022).

Durante a presidência de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), foi criada a Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima (EMBRAFILME) e implementado o Plano de Ação Cultural (PAC), que marcou a intervenção do Estado na cultura. Sob o governo de Ernesto Geisel (1974-1978), surgiram novos órgãos culturais, como a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e o Plano Nacional de Cultura (PNC) foi lançado. O Encontro Nacional de Cultura ocorreu em 1976, e em 1979, o IPHAN tornou-se a Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional. A Secretaria de Cultura foi criada em 1981, e em 1985, estabeleceu-se o Ministério da Cultura, embora com recursos limitados.

Na década de 1980, a redução dos investimentos em cultura, associada à crise fiscal do período, levou à promulgação da Lei Sarney¹, em 1986, que incentivou a participação privada. A

¹ Lei nº 7.505/1986, foi uma legislação que estabeleceu incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas que investissem em projetos culturais no Brasil. Criada durante o governo do presidente José Sarney, ela permitia que uma parte do imposto de renda devido fosse direcionada para o financiamento de atividades culturais, como produção de filmes, espetáculos teatrais e preservação do patrimônio histórico.



crítica e sua extinção, em 1990, refletem o contexto de restrição macroeconômica e adesão do Brasil ao receituário neoliberal, durante o governo de Fernando Collor de Melo, sob a égide do Estado mínimo, que na Reforma Administrativa incorpora a eliminação de órgãos como a FUNARTE e a EMBRAFILME.

Em 1991, a nova Lei Rouanet² foi aprovada, e em 1992, Itamar Franco recriou o Ministério da Cultura, restabelecendo várias instituições em 1994. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a Lei Rouanet foi solidificada, priorizando o financiamento privado da cultura.

Durante a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, a cultura foi reconhecida como um direito fundamental, e Gilberto Gil assumiu o Ministério da Cultura em 2003, promovendo políticas inclusivas. A primeira Conferência Nacional de Cultura, em 2005, preparou o terreno para o PNC, aprovado em 2010, junto com o Programa Cultura Viva e a Secretaria do Audiovisual, focando no acesso cultural e nas interações sociais, gerando inovações com impactos duradouros (Calabre, 2014).

O primeiro governo Dilma Vana Rousseff (2011-2016), ainda que representando uma continuidade do projeto político capitaneado pelo PT, trouxe mudanças significativas no que se refere às políticas culturais. Conforme destaca Alexandre Barbalho (2018), não cedendo à pressão de vários setores, inclusive do seu próprio partido, pela permanência de Juca Ferreira no Ministério, a presidenta nomeou, no início de janeiro de 2011, a artista Ana de Hollanda como ministra da Cultura. Ao reestruturar as dinâmicas políticas dentro do Ministério, a nova ministra desenvolveu novas agendas dinâmicas, deu continuidade a iniciativas preexistentes e impediu ou até mesmo eliminou outras. No entanto, essas mudanças geraram uma resistência substancial, incluindo dissensões internas, o que culminou na sua remoção do cargo em setembro de 2012 (Rubim, Barbalho, Calabre, 2015).

Após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, a presidência foi assumida por Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016 – 2018), o que gerou protestos ao extinguir o Ministério da Cultura (MinC). Seu governo implementou cortes orçamentários significativos na cultura, destacando a Lei Rouanet como uma ferramenta econômica, embora também alvo de críticas, por favorecer privilégios corporativos. Sob a liderança de Sérgio Sá Leitão, o MinC passou por reestruturação organizacional, mas o baixo orçamento e a Emenda Constitucional 241, que congelou gastos públicos, impactaram

² Lei nº 8.313/1991, é um mecanismo de incentivo fiscal que permite a pessoas físicas e jurídicas destinarem parte do imposto de renda para financiar projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura. Seu objetivo é fomentar a produção, difusão e acesso à cultura no Brasil. A lei é conhecida por possibilitar a captação de recursos para áreas como cinema, teatro, música e preservação do patrimônio cultural.



ainda mais o setor cultural. Esse período testemunhou a promoção do mecenato como principal fonte de financiamento cultural (Cerqueira, 2018).

No governo subsequente, liderado por Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022), houve uma influência significativa na cena cultural brasileira. Foram introduzidas mudanças na Lei Rouanet e promovidos valores conservadores, incluindo cortes no financiamento de instituições culturais e ações para restringir o apoio a projetos em desacordo com a ideologia governamental. O governo também se posicionou contra produções artísticas que promovessem ideologias progressistas e questões como igualdade de gênero e liberdade sexual. A Lei Rouanet criada para promover a cultura, fez críticas por parte dos conservadores que alegavam mau uso de recursos públicos em projetos que se opunham às suas crenças (Freitas, Targino, Granato, 2021).

3. METODOLOGIA

3.1 Fonte de Dados

Para alcançar os objetivos deste estudo, foi realizada uma entrevista semiestruturada, por meio da plataforma Google Meet, com uma das fundadoras da ALDEIAS Ponto de Cultura, localizada no Crato. A entrevista, previamente autorizada pela participante, foi gravada e teve duração aproximada de uma hora, durante a qual a entrevistada respondeu a um questionário composto por 13 perguntas sobre a ALDEIAS. Além de fundadora, é produtora cultural, musicista, educadora popular, brincante, enfermeira, mãe, surda, e possui uma extensa trajetória de atuação em movimentos culturais e sociais em todo o Cariri e na RM Cariri.

A metodologia adotada neste trabalho é descritiva e exploratória, combinando aspectos qualitativos. De acordo com Araújo e Oliveira (1997), os estudos exploratórios visam desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, funcionando muitas vezes como ponto de partida para pesquisas descritivas ou explicativas. Neste contexto, a análise de um estudo de caso é essencial. Além da entrevista, foram consultados livros e artigos científicos para embasar a discussão teórica. A análise do estudo de caso foi complementada por uma investigação documental das atividades e projetos desenvolvidos pela ALDEIAS Ponto de Cultura, assim como por outras fontes que abordam movimentos culturais na RM Cariri, permitindo uma compreensão mais ampla e fundamentada do tema em questão.

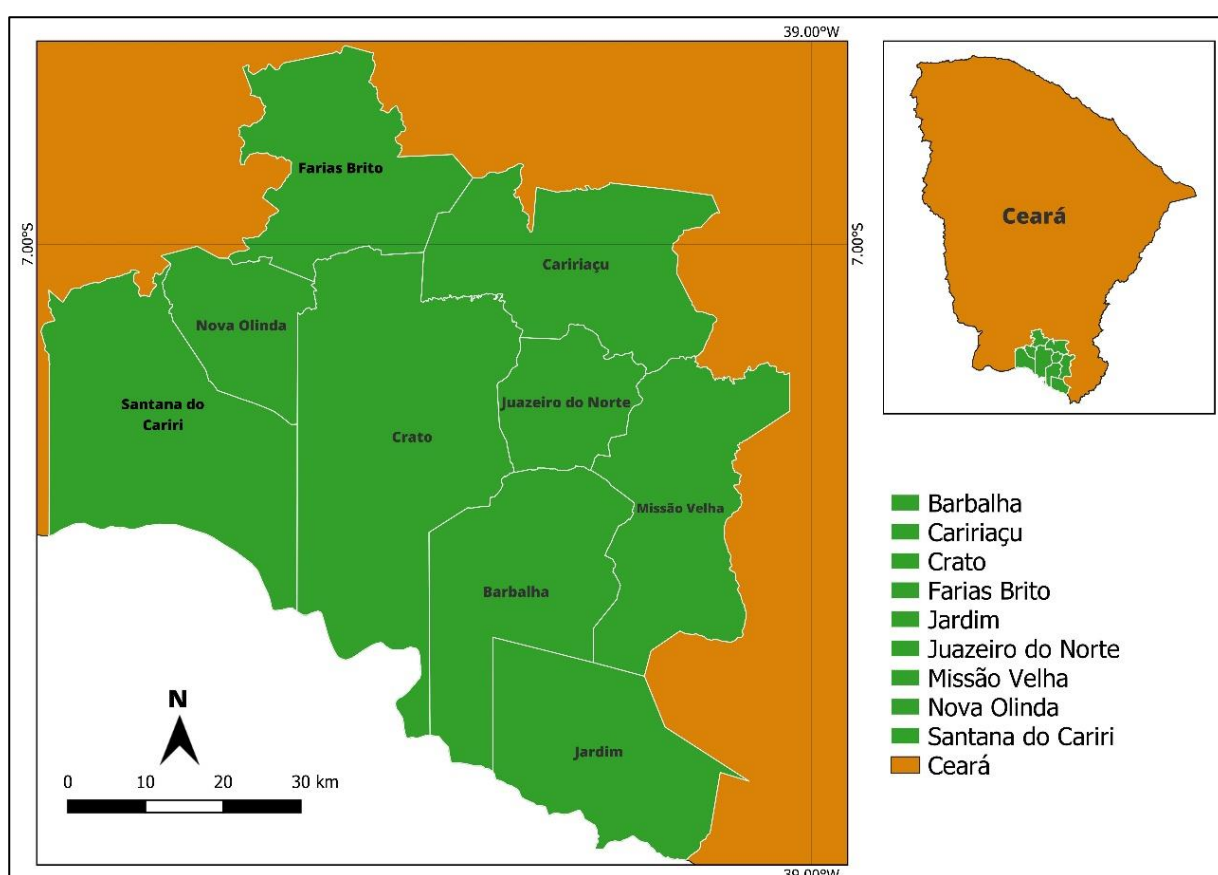
3.2 Recorte Geográfico

A RM Cariri está localizada no sul do estado do Ceará, composta por municípios que possuem grande relevância histórica e cultural. Os municípios integrantes são: Barbalha, Caririaçu, Crato,



Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. A origem do nome "Cariri" remonta aos povos indígenas que habitavam a área, conhecidos como "kariris", cujo nome significa "terra de sol". A região se destaca pela sua rica herança cultural, marcada por tradições religiosas, como as romarias de Juazeiro do Norte, e pelo patrimônio natural, com a Chapada do Araripe, um dos mais importantes sítios paleontológicos do Brasil. Além disso, a RM Cariri é um importante centro econômico, cultural e religioso, atraindo turistas e estudiosos interessados em sua história e diversidade (Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, 2024).

Figura 1 – Localização geográfica da Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri), Ceará.



Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2022)

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), os municípios da RM Cariri possuem as seguintes populações e densidades demográficas: Barbalha (75.033 habitantes, 123,38 hab/km²), Caririáçu (26.320 habitantes, 41,50 hab/km²), Crato (131.150 habitantes, 115,14 hab/km²), Farias Brito (18.217 habitantes, 34,34 hab/km²), Jardim (27.411 habitantes, 50,30 hab/km²), Juazeiro do Norte (286.120 habitantes, 1.105,62 hab/km²), Missão Velha (36.812 habitantes, 60,04 hab/km²), Nova Olinda (15.339 habitantes, 50,49 hab/km²) e Santana do Cariri (16.954 habitantes, 19,83 hab/km²). No total, em 2022, a RM Cariri abriga 515.356 habitantes.



Esses municípios refletem um ambiente onde manifestações culturais são profundamente enraizadas na história e tradições locais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Participação e Inclusão no Mercado de Trabalho Cultural/Criativo

A participação no mercado de trabalho criativo é fundamental para fortalecer a identidade cultural e promover a diversidade. Essa economia, que reúne indústrias artísticas, é um motor de inovação em um mundo marcado pela tecnologia e globalização. Ela oferece oportunidades para artistas se expressarem e gerarem renda, além de criar ambientes de trabalho mais justos e acessíveis. Esse setor valoriza a originalidade e a colaboração, estimulando a demanda por produtos culturais e contribuindo para o crescimento econômico e social. Assim, a economia cultural se torna um recurso importante para países em desenvolvimento, ampliando suas oportunidades de progresso (Reis; Deheinzelin, 2008).

Dentro desse contexto, a entrevistada, ao ser questionada sobre os projetos de inclusão da ALDEIAS em relação ao mercado de trabalho, enfatiza que, “as atividades estão sempre conectadas a ações que promovem a inclusão. Por exemplo, o projeto Zabumbar integra a educação musical e a cultura popular, focando na acessibilidade. Quando as pessoas se reconhecem como artistas, isso transforma a percepção que têm de si mesmas e as capacita a entrar no mercado de trabalho. Oferecemos oficinas de construção de instrumentos, o que proporciona habilidades práticas e contribui para a formação de uma equipe técnica. Embora não trabalhem com turmas específicas para o mercado, a transversalidade dos nossos projetos resulta na inserção dos participantes na economia criativa, onde eles são remunerados por suas contribuições.”

Dessa forma, ao discutir as iniciativas de inclusão da ALDEIAS, é possível perceber como a organização tem buscado alternativas para superar as limitações impostas pelo financiamento tradicional, como a Lei Rouanet, que é uma das principais políticas de financiamento cultural no Brasil, permitindo que empresas e indivíduos patrocinem ou doem para apoiar projetos culturais, recebendo benefícios fiscais em troca como a redução do imposto de renda (Governo Federal, 2024).

Apesar de sua importância, a Lei Rouanet é frequentemente criticada. De acordo com a entrevistada, “o sistema é burocrático e de difícil acesso, beneficiando principalmente grandes empresas e um círculo restrito de produtores culturais. Isso cria barreiras significativas para pequenos produtores, especialmente em regiões mais afastadas, como a Região Metropolitana do Cariri, no Ceará, que enfrentam grandes dificuldades para conseguir financiamento de empresas de grande porte”. Ela também destaca que, “durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e a gestão de



Gilberto Gil, houve uma importante ampliação nos termos de fomento e convênios entre o Estado e a sociedade civil. E esses mecanismos têm permitido que organizações, como a ALDEIAS, consigam viabilizar os seus projetos por meio de parcerias com o poder público, oferecendo uma alternativa ao sistema tradicional de incentivos fiscais”.

Assim, embora a ALDEIAS busque alternativas para contornar as limitações da Lei Rouanet e outros sistemas tradicionais de financiamento cultural, é importante reconhecer que o mercado de trabalho cultural apresenta desafios intrínsecos que podem impactar a eficácia dessas iniciativas. De acordo com Benhamou (2011), o mercado de trabalho cultural tem características que o diferenciam de outros setores. Ele é heterogêneo, atípico e não-competitivo, com artistas sendo substitutos imperfeitos entre si. Apesar da busca por recompensas monetárias e não monetárias, as condições de trabalho são arriscadas, com baixa taxa de sucesso, contratos curtos e treinamento rigoroso, fatores que fazem com que muitos indivíduos escolham outras carreiras.

Um exemplo claro dessas dificuldades pôde ser observado durante a pandemia de COVID-19, devido as condições de isolamento social e suspensão de atividades não essenciais. Quando questionada sobre a situação da cultura nesse período, a entrevistada destacou que, “a pandemia afetou gravemente o setor cultural, sendo o primeiro a parar e o último a voltar. Artistas que dependiam de apresentações e aulas ficaram sem trabalho. Sem apoio governamental, foi necessário se adaptar, aprendendo a usar novas ferramentas digitais como o Google Meet e Instagram, para continuar a produção artística e se conectar com o público. Além disso, eles reorganizaram os seus espaços para transmissões e gravações, executando projetos como documentários e eventos online, enfrentando o desafio de manter a arte viva em meio ao isolamento.”

Essa situação ressalta a relevância de reconhecer o valor dos trabalhadores culturais, especialmente em tempos de crise. Markusen e Schrock (2006) afirmam que as análises regionais e urbanas frequentemente subestimam a contribuição dos trabalhadores culturais criativos para as economias locais, principalmente devido ao elevado número de autônomos no setor. Essas contribuições vão além do emprego formal, pois os artistas geram opções de entretenimento e consumo que beneficiam suas comunidades, estimulando o comércio e o turismo. A atividade artística também impulsiona a inovação e a comercialização de produtos e serviços em outras áreas, o que reforça a economia regional. No entanto, muitas políticas públicas ainda negligenciam o papel essencial da cultura no desenvolvimento econômico, destacando a necessidade de reconhecimento e apoio a esses profissionais para garantir um crescimento sustentável nas localidades.



A importância de reconhecer e apoiar o trabalho dos profissionais culturais, especialmente em tempos de crise, é reforçada por políticas como a Lei Paulo Gustavo³ (Lei Complementar nº 195/2022). Conforme apontado por Markusen e Schrock (2006), a contribuição dos trabalhadores culturais para as economias locais é frequentemente subestimada, apesar de seu impacto no comércio, turismo e inovação. A Lei Paulo Gustavo, ao destinar cerca de R\$ 3,8 bilhões para revitalizar o setor cultural no Brasil, exemplifica um esforço concreto para preencher essa lacuna, direcionando recursos essenciais para fortalecer a economia criativa e promover o desenvolvimento sustentável (Secretaria da Cultura do Ceará, 2023).

No município de Crato no último trimestre de 2023, os recursos da Lei Paulo Gustavo totalizaram R\$ 1.123.772,20, possibilitando o lançamento de sete editais. Essas iniciativas resultaram na seleção de 87 projetos culturais, que não apenas visam diversificar e fortalecer a cena artística local, mas também contribuem para a geração de empregos e o desenvolvimento econômico. O investimento demonstra como o apoio à cultura pode enriquecer as expressões culturais regionais, reafirmando seu papel como pilar essencial para o crescimento social e econômico da região (Prefeitura Municipal do Crato, 2024).

4.2 Perspectivas e Desafios do Mercado de Trabalho Cultural/Criativo na Região Metropolitana do Cariri

As pesquisas de Golgher (2008; 2011) evidenciam que as particularidades criativas de uma região podem ser determinantes na formação e presença de uma classe produtiva. Em outras palavras, locais que promovem e valorizam a criatividade, seja por meio de infraestrutura, apoio a artistas ou eventos culturais, tendem a cultivar um ambiente propício para o surgimento de indivíduos dispostos a se dedicar a atividades culturais.

Neste sentido, a Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri) se destaca como um dos principais centros de cultura no Brasil, reconhecido por sua riqueza e originalidade nas manifestações populares, que incluem festas tradicionais, folclore e um variado artesanato. Essa diversidade cultural é fruto da combinação de influências de diversos povos que se miscigenaram na região, trazendo consigo tradições que se manifestam através da música, da gastronomia e das artes, como a literatura de cordel e o artesanato em materiais como madeira, couro e argila. As festividades locais, como as do Pau da Bandeira e as celebrações juninas, são exemplos da vivacidade cultural da RM Cariri. Além disso, a figura do Padre Cícero, com a sua forte influência religiosa, transforma Juazeiro do Norte em

³ Nomeada em homenagem ao ator e humorista Paulo Gustavo, a lei tem como objetivo fomentar atividades culturais em diversas áreas, com ênfase na produção audiovisual, artes cênicas, música e preservação do patrimônio cultural. Além de impulsionar a economia criativa, busca oferecer suporte a artistas, técnicos e trabalhadores do setor cultural, ampliando o acesso à cultura.



um importante ponto de devoção católica, enquanto a história da Menina Benigna gera romarias e simboliza a intercessão por vítimas de violência em Santana do Cariri. A região também se beneficia do reconhecimento como Geoparque Araripe, o que atrai um fluxo de novos moradores e comerciantes, incluindo imigrantes de origens diversas, que introduzem elementos de suas culturas, como a oriental, ampliando ainda mais a já rica tapeçaria cultural da RM Cariri. Dessa forma, a RM Cariri se configura como um espaço dinâmico e diversificado, onde tradições ancestrais convivem com influências contemporâneas, consolidando sua importância no cenário cultural brasileiro (Souza, 2017).

Nesse contexto, é fundamental observar que a riqueza cultural da RM Cariri, exemplificada pelas tradições vivas e pela diversidade artística, não apenas solidifica sua posição como um dos principais centros culturais do Brasil, mas também reflete na dinâmica de movimentação da população em busca de experiências culturais, como demonstrado pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades (Regic), realizada pelo IBGE. A pesquisa oferece uma visão abrangente da configuração da rede urbana no Brasil, analisando a hierarquia e as áreas de influência das cidades. Um dos focos da pesquisa é entender para onde os moradores se deslocam em busca de produtos e serviços que não estão disponíveis em seus municípios, com ênfase nas atividades culturais. O levantamento revela que os deslocamentos para atividades culturais, como shows, festivais, cinemas e museus, geralmente ocorrem para cidades próximas, com uma média de distância de 66 km, inferior à média geral de 107 km para outros serviços mais raros (REGIC, 2018).

No ranking das cidades com maior atratividade para atividades culturais, o Crato, no Ceará, destaca-se ao ocupar a segunda posição, logo após Balneário Camboriú (Santa Catarina). O Crato se torna um importante centro que atrai moradores de outras regiões em busca de experiências culturais. Segundo o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), entre 2009 e 2020, o Crato consolidou sua relevância no cenário cultural brasileiro, ampliando sua capacidade de atrair visitantes de municípios vizinhos e adjacentes (SIIC, 2021).

Dessa forma, a relevância cultural do Crato, localizado na RM Cariri, é ainda mais ressaltada pela visão da entrevistada, que aponta o grande potencial do mercado de trabalho cultural na região. Quando perguntada sobre a visão da Aldeias em relação à cultura, destaca que, "o mercado de trabalho cultural no Ceará, especialmente na RM Cariri e em Crato, apresenta um grande potencial, especialmente nas áreas de gestão e produção cultural. Apesar de muitos anos de trabalho voluntário com mestres e artistas da região, existe uma alta demanda por atividades culturais, uma vez que a cultura é vista como um pilar do desenvolvimento social. O Cariri é a região mais rica culturalmente



do estado, devido à sua ancestralidade indígena e quilombola, além de sua importância histórica, o que contribui para um robusto desenvolvimento cultural e diversidade de práticas artísticas”.

Essa visão otimista sobre o mercado cultural no Cariri encontra um aliado poderoso no Centro Cultural do Cariri, inaugurado em 2022 em Crato. Funcionando como um catalisador para a promoção da arte, ciência e tecnologia, o centro não apenas responde à demanda por atividades culturais, mas também fortalece a economia criativa da região. Integrando tradição e contemporaneidade, o equipamento se alinha ao plano “Os 7 Cearás⁴” no eixo “Ceará do Conhecimento⁵”, atuando como um ponto de convergência para a rica diversidade cultural local. Com ações que impactaram quase 400 mil pessoas em 2023, o centro reafirma o papel da cultura como pilar do desenvolvimento social e econômico, impulsionando o potencial destacado pela entrevistada (Centro Cultural do Cariri, 2024).

Diante do reconhecimento do Cariri e a RM Cariri como um berço da cultura, surgiu a indagação sobre a compatibilidade da remuneração dos profissionais no mercado cultural com o exercício da profissão, especialmente no que diz respeito aos valores pagos em eventos que contam com o cachê. A entrevistada respondeu a essa questão afirmando que “a remuneração dos profissionais no mercado cultural é inadequada e não é digna. Os valores pagos por instituições na região são extremamente baixos, como por exemplo, a divisão de R\$ 1.000,00 entre trinta integrantes de um grupo, resultando em quantias insignificantes para cada um. Artistas locais recebem no máximo R\$ 2.000,00, enquanto artistas de fora, como os de Fortaleza, exigem valores muito mais altos, como R\$ 5.000,00, independentemente da quantidade de integrantes da banda. A visão predominante de que investir em cultura é um gasto, quando na verdade se trata de um investimento que gera retorno. Além disso, o setor cultural é um dos menos valorizados, apesar dos custos que os artistas têm com ensaios, instrumentos e figurinos, evidenciando a disparidade entre o que é pago e o valor do trabalho”.

Essa disparidade nos valores pagos a artistas locais e de fora está profundamente relacionada ao conceito de distinção. A alteridade ajuda a entender por que muitas vezes a própria cultura e o trabalho local são desvalorizados em comparação com grupos de fora. Segundo Brandão (1986), o “outro”, por ser diferente, é visto como mais atraente ou valioso, enquanto o que é familiar tende a ser subestimado. Isso se reflete na discrepância de remuneração, onde artistas locais recebem valores menores como pagamento, enquanto profissionais de outras regiões recebem valores maiores. Essa

⁴ É um plano estratégico do Governo do Estado do Ceará, elaborado para o período de 2015 a 2018 e estendido até 2022, que define sete eixos temáticos para orientar as políticas públicas e ações governamentais.

⁵ Esse eixo busca promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida dos cearenses por meio de investimentos estratégicos em educação, ciência, tecnologia e cultura.



valorização do que vem de fora está ligada à ideia de que o externo carrega prestígio, enquanto o que faz parte da própria cultura é visto como algo já conhecido e menos especial. Isso influencia diretamente a forma como políticas culturais são implementadas, perpetuando a desvalorização do trabalho local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo reforça a importância do mercado de trabalho cultural e criativo como um motor para o desenvolvimento econômico e social, especialmente em regiões ricas em tradições como a RM Cariri. A pesquisa evidencia a necessidade do reconhecimento e valorização dos profissionais desse setor, cuja contribuição vai além da criação artística, impactando diretamente nas economias locais.

Embora a RM Cariri se destaque por sua diversidade cultural e pela atratividade que exerce sobre o público, persistem desafios relacionados à remuneração e ao financiamento de iniciativas culturais, como evidenciado pela inadequação dos valores pagos a artistas locais em comparação aos profissionais de fora. A análise das iniciativas de inclusão, como a ALDEIAS, revela a busca por alternativas ao sistema tradicional de financiamento, destacando a importância de políticas públicas mais inclusivas e acessíveis.

A pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais a fragilidade desse setor, que precisou se reinventar para sobreviver. A pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais a fragilidade desse setor, que precisou se reinventar para sobreviver. Artistas e profissionais culturais enfrentaram grandes desafios, como a suspensão de atividades presenciais e a falta de suporte financeiro adequado, o que os obrigou a explorar novas ferramentas digitais e formatos de produção. Esse contexto ressaltou a importância de políticas públicas como a Lei Paulo Gustavo, que visam não apenas a recuperação do setor, mas também seu fortalecimento a longo prazo.

Portanto, este estudo conclui que, para garantir um crescimento sustentável, é fundamental que as políticas culturais reconheçam e apoiem o valor essencial dos trabalhadores culturais, assegurando condições de trabalho dignas e adequadas, valorização da remuneração, ao mesmo tempo que ampliem o acesso ao financiamento para pequenos produtores de regiões remotas. Por fim, propõe-se que futuras pesquisas continuem investigando a dinâmica do mercado de trabalho cultural e as formas de superar suas limitações, promovendo um ambiente mais justo e inclusivo para todos os envolvidos no setor.

6. REFERÊNCIAS



ARAUJO, Aneide de Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. Tipos de pesquisa: trabalho de conclusão da disciplina de Metodologia de Pesquisa Aplicada à Contabilidade. **São Paulo: Departamento de Controladoria e Contabilidade da USP, 1997.**

BARBOSA, Frederico et al. Análise do mercado de trabalho cultural. Os trabalhadores da cultura no Brasil: criação, práticas e reconhecimento. **Salvador: EDUFBA, 2017.**

BENHAMOU, Françoise. Artists' labour markets. In: A Handbook of Cultural Economics. Second Edition. **Edward Elgar Publishing, 2011.**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Papéis, personagens e pessoas. _____. Identidade & Etnia. **São Paulo: Editora Brasiliense, p. 13-34, 1986.**

CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. **Políticas culturais: diálogo indispensável.** Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, p. 9-21, 2005.

CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, p. 137-156, 2014.**

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. **Editora FGV, 2009.**

CENTRO CULTURAL DO CARIRI. Sobre o Centro Cultural do Cariri. Disponível em: <https://centroculturaldocariri.cultura.ce.gov.br/sobre/>.

DE CERQUEIRA, Amanda P. Coutinho. Política cultural e “crise” no governo Temer. **Revista Novos Rumos, v. 55, n. 1, 2018.**

FREITAS, Sara da Silva; TARGINO, Janine; GRANATO, Leonardo. A política cultural e o governo Bolsonaro. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies, London, v. 10, n. 1, p. 219-239, 2021.**

FURTADO, Celso; SILVA, Mario Roberto Corrêa da. Criatividade e dependência na civilização industrial. **(No Title), 1978.**

GOLGHER, André Braz. A distribuição de indivíduos qualificados nas regiões metropolitanas brasileiras: a influência do entretenimento e da diversidade populacional. **Nova Economia, v. 21, p. 109-134, 2011.**

GOLGHER, André Braz. As cidades e a classe criativa no Brasil: diferenças espaciais na distribuição de indivíduos qualificados nos municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos de População, v. 25, p. 109-129, 2008.**

GOVERNOS FEDERAIS. Lei Rouanet. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-rouanet>.

GUIMARÃES, Bruno Costa. Concentração cultural: Por que podemos dizer que, no Brasil, o investimento na cultura está mais concentrado que o PIB? **Mediações: Revista de Ciências Sociais, 2020.**



IBGE, Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2009-2020: SIIC. 45. ed. / 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

LACERDA, Luciana Silveira. A produção do espaço turístico no Cariri cearense: sociedade–cultura–natureza. 2009.

MARKUSEN, Ann; SCHROCK, Greg. The artistic dividend: Urban artistic specialisation and economic development implications. **Urban Studies**, v. 43, n. 10, p. 1661-1686, 2006.

MIRANDA, Renato Luis Pinto; BRAZ, Diogo Oliveira; DE ALMEIDA RIBEIRO, Fátima Caroline Pereira. Políticas culturais brasileiras na Era Vargas (1930-1945) e na Ditadura Militar (1964-1985). **Almanaque de Ciência Política**, v. 6, n. 1, p. 01-13, 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO. Reunião discute execução de projetos da Lei Paulo Gustavo. Disponível em: <https://crato.ce.gov.br/informa/3945/reuni-o-discute-execu-o-de-projetos-da-lei-paulo-g>.

REIS, Ana Carla Fonseca; DEHEINZELIN, Lala (Ed.). Cadernos de economia criativa: economia criativa e desenvolvimento local. **SEBRAE**, 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre Almeida; CALABRE, Lia. Políticas culturais no governo Dilma. **EDUFBA**, 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Sophia Cardoso. Brazilian cultural policies during the governments of Lula da Silva and Dilma Rousseff: domestic decentralization and supranational regionalization. **Sul Global**, v. 1, n. 2, p. 97-126, 2020.

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ. Aldeias: Programa de Formação em Cultura. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/agent/7323/portfolioaldeias18resumido.pdf>.

SECRETARIA DA CULTURA DO CEARÁ. Nota técnica: Lei Paulo Gustavo - apoio aos municípios. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2023/04/Nota-Tecnica-Lei-Paulo-Gustavo-apoio-aos-municipios.pdf>.

SECRETARIA DAS CIDADES DO ESTADO DO CEARÁ. Região Metropolitana do Cariri. Disponível em: <https://www.cidades.ce.gov.br/regiao-metropolitana-do-cariri/>.

VALIATI, Leandro. Economia criativa, cultura e políticas públicas. 2016.